

PROJETO DE PODER POPULAR AUTOGESTIONÁRIO

Organização Socialista Libertária (OSL)

Temos um projeto de poder popular autogestionário que pode ser considerado o principal aspecto de nossa estratégia geral de transformação. Sua construção se inicia ainda sob o capitalismo-estatismo e se fortalece com as lutas, na medida em que organiza e potencializa a força social das classes oprimidas; a efetivação desse poder acontece somente com a revolução social e com a implantação e a garantia do socialismo libertário, quando as classes dominantes são enfim derrotadas.

Por isso, construir esse poder popular é uma tarefa que deve ser iniciada desde já, com a transformação da capacidade de realização das classes oprimidas em força social, ou seja, a conversão do potencial do proletariado urbano e rural, do campesinato, dos povos tradicionais e dos/as marginalizados/as (classes oprimidas do Brasil contemporâneo) em ação, em realidade de luta, em intervenção concreta no jogo de forças da sociedade. Para nós, o espaço mais adequado para esse processo são os movimentos populares (organizações de massas, sindicatos, movimentos sociais).

É essencial levar em conta que a imensa maioria dos membros das classes oprimidas não está organizada ou engajada (e, portanto, não vem produzindo força social); e que a parcela minoritária que está, também em sua grande maioria tem promovido posições que, quando não reforçam o sistema de dominação capitalista-estatista (movimentos da nova direita e sindicalismo amarelo ou patronal, por exemplo), têm como horizonte apenas pequenas mudanças em favor das massas trabalhadoras (reformismo, socialdemocracia etc.).

Há, portanto, dois aspectos centrais na construção desse poder popular. Primeiro, é fundamental organizar e engajar, tanto quanto possível, o proletariado, o campesinato e as demais classes oprimidas em movimentos populares, de modo que passem a intervir concretamente na realidade social. Segundo, é imprescindível investir no direcionamento estratégico e programático dessas organizações de massa, sindicatos e movimentos sociais. Tal aspecto é igualmente importante, porque não adianta estar organizado e engajado se não se sabe para onde ir, se os meios escolhidos não se adequam aos fins pretendidos ou se eles não avançam nessa direção. Daí a relevância de conceber meios e fins com a devida coerência estratégica e de garantir que os primeiros avancem no sentido dos segundos (negamos, portanto, a *realpolitik*, que sustenta aquele pragmatismo absoluto do “vale tudo” na ação política, que não só rompe com a coerência estratégica, mas que também hipoteca os princípios das pessoas que atuam politicamente).

O capitalismo-estatismo gera permanentemente inúmeros problemas sociais, cujo impacto se faz sentir principalmente sobre trabalhadores e trabalhadoras. Os movimentos populares (sindicatos, movimentos sociais etc.) são organizações de pessoas e/ou entidades com interesses comuns, e que têm por objetivo enfrentar um ou alguns desses problemas sociais, ou mesmo promover certas bandeiras na sociedade.

Esses movimentos podem se articular em torno de reivindicações ambientais ou sociais; podem ter foco em questões que emergem mais diretamente do conflito de classes (trabalho, terra, moradia, serviços públicos, repressão, ensino) ou em questões que surgem da dominação nacional (lutas de libertação nacional, anti-imperialistas), da dominação étnico-racial (movimentos antirracistas) e da dominação de gênero-sexualidade (movimentos de mulheres / feministas, LGBT+).

Nosso papel, como anarquistas e trabalhadores/as, é criar, participar, fortalecer e influenciar o direcionamento estratégico e programático dos movimentos populares. Obviamente, tudo isso deve ser feito de acordo com uma perspectiva estratégica. Não devemos criar ou participar de quaisquer movimentos, pois alguns oferecem melhores perspectivas para nosso projeto do que outros. Temos o dever de, participando desses movimentos, contribuir direta e ativamente para fazer deles alavancas desse projeto de poder popular. Isso significa promover um conjunto de características e maneiras de encaminhar as lutas, cuja referência historiográfica está no sindicalismo revolucionário, do qual partimos, fazendo os necessários complementos e atualizações.

Característica central é que os movimentos populares tenham caráter de massas ou, pelo menos, capacidade de se converter em organizações massivas. Sindicatos e movimentos sociais devem ser amplos e fortes, sem se encerrar em uma ideologia ou doutrina específica (negamos, portanto, propostas de sindicato ou movimento estudantil anarquista etc.). Consideramos que todos/as trabalhadores/as que sofrem com os problemas sociais enfrentados por certo movimento, e que estejam dispostos a se organizar e se engajar nas lutas, devem ter a possibilidade de fazê-lo.

Outra característica fundamental é que esses movimentos tenham base classista (que sejam formados por trabalhadores e trabalhadoras) e perspectiva classista (que promovam ativamente a luta de classes), independente dos problemas sociais que pretendam enfrentar e das reivindicações imediatas que possuam. É necessário combater internamente todas as pessoas que promovem os interesses das classes dominantes, mesmo que sofram ou aleguem sofrer outras opressões. Ao mesmo tempo, é preciso enfrentar as pessoas que defendem as alianças e/ou a conciliação com os inimigos de classe, sejam eles membros da burguesia, da burocracia de Estado, autoridades de religiões hegemônicas, grandes empresários/as da cultura ou altos/as gestores/as (classes dominantes do Brasil contemporâneo).

Além disso, sustentamos que os sindicatos e movimentos sociais promovam suas lutas de maneira combativa, com independência de classe e por meio da ação direta.

Defender a combatividade significa que os movimentos precisam se dedicar ao combate, ao enfrentamento e à luta permanentemente, e com a devida firmeza. Precisam conquistar suas demandas por meio da imposição de sua força social (negamos, portanto, o assistencialismo, a intermediação de empresários, políticos, ONGs etc.), utilizando-se de repertórios variados de luta, que podem ou não usufruir da violência.

Vale lembrar que tanto o pacifismo e o conciliacionismo, quanto a violência descolada das massas (insurrecionalismo/foquismo) possuem sérios limites. Que a radicalização precisa acompanhar a disposição das bases e os aprendizados pedagógicos produzidos pelos próprios conflitos sociais e lutas populares. E que se a “combatividade” discursiva não vem acompanhada de ações no sentido de criar e aumentar força social das classes oprimidas, ela vale muito pouco ou quase nada.

Sustentar a independência de classe significa que os movimentos devem conservar sua autonomia de empresas, instituições e agentes que promovem os interesses das classes dominantes e/ou distintas formas de dominação, incluindo aquelas que são responsáveis pelos problemas sociais enfrentados pelos próprios movimentos.

Se incluem aí os partidos vanguardistas e/ou eleitorais, que veem nos sindicatos e movimentos sociais apenas uma massa de manobra para fortalecer seus projetos autoritários e oportunistas de poder. Afinal, a emancipação dos/as trabalhadores/as deve ser obra dos/as próprios/as trabalhadores/as. Ainda assim, essa independência não pode ser confundida com isolamento e sectarismo.

Reivindicar a ação direta significa que os movimentos têm que ter as próprias massas trabalhadoras como protagonistas das lutas, promovendo formas de política não

apenas fora dos canais e instituições do Estado, mas mesmo contra o Estado. A ação direta pode subsidiar lutas contra patrões/empresas, e também contra burocracia/Estado; conquistas que vêm das lutas são sempre bem-vindas.

Mesmo reconhecendo que, em muitos casos, o Estado pode ser mais permeável às reivindicações populares (em especial quando segue, ainda que parcialmente, os preceitos da democracia burguesa) que as empresas (que são, na imensa maioria dos casos, verdadeiras ditaduras privadas), não reconhecemos no Estado uma arena legítima para uma política emancipadora de trabalhadoras e trabalhadores. Assim como não imaginamos ser possível promover trabalhadores/as a gestores/as ou patrões/oas para combater o capitalismo, não pensamos ser viável eleger políticos/as para combater o Estado. Somos anticapitalistas e antiestatistas; por isso, é nosso dever combater a burocratização dos sindicatos e movimentos sociais, assim como as burocracias internas desses próprios movimentos.

Também deve ser fundamental nesses movimentos o estímulo constante da autogestão e do federalismo, enfrentando as expressões de dominação que possam se (re)produzir internamente. Isso significa defender a democracia de base, as decisões coletivas, assim como as delegações com controle da base, rotativas e revogáveis. A participação plena na organização e nas lutas dos movimentos populares contribui de modo determinante para produzir os sujeitos revolucionários que são essenciais em qualquer projeto legítimo de transformação social.

Além disso, nos parece central começar a construir o futuro no presente e, assim, prefigurar a sociedade futura que queremos em nossas próprias lutas. Para tanto, é necessário combater as lideranças descoladas das bases, os processos decisórios hierarquizados e o *modus operandi* capitalista-estatista, que com frequência se reproduz dentro dos movimentos. Recordemos que a dominação não é um meio ou caminho para a autogestão.

Enfim, é fundamental construir uma perspectiva de transformação social dentro de tais movimentos e, especialmente, entre eles. Isso exige romper com o reformismo, com o corporativismo, e avançar, colocando a revolução das massas trabalhadoras como horizonte da luta. Contudo, romper com o reformismo (reformas como fim) e defender uma posição revolucionária não significa abrir mão das lutas por reformas ou conquistas imediatas.

Essas lutas (por reformas e conquistas imediatas) permitem massificar os movimentos; em caso de serem vitoriosas, tornam menos duras as vidas das classes oprimidas. Mas, sendo vitoriosas ou mesmo derrotadas, essas lutas possuem um efeito pedagógico na militância que participa delas, algo que é determinante para a radicalização dos trabalhadores e das trabalhadoras. Quanto mais próximos do projeto que estamos defendendo, maior é a chance de sindicatos e movimentos sociais fazerem de suas lutas imediatas uma ginástica revolucionária, que fortalece esse projeto de poder popular e, com isso, aproxima a revolução e o socialismo libertário. Assim pensadas, as lutas por reformas podem ser um caminho para a luta revolucionária.

Enorme desafio para essa luta revolucionária é a construção de uma verdadeira unidade entre inúmeros movimentos populares. Isso é algo que só pode ser feito por meio de uma perspectiva classista, tendo em vista que é a classe social, e apenas ela, que permite romper a fragmentação e unificar os interesses e os movimentos das classes oprimidas. Promover essa unidade e combater as posições fragmentadoras é central para uma luta ampla que realmente se coloque em contradição com o sistema de dominação capitalista-estatista.

Entretanto, essa unidade de classe não pode ser falsa ou artificialmente construída, e nem reproduzir em seu seio as formas de dominação que são estruturantes

e funcionais ao capitalismo-estatismo: em especial, aquelas que têm por base nacionalidade, raça-etnia e gênero-sexualidade. Ao longo de sua trajetória de lutas, é muito importante que os sindicatos e movimentos sociais adotem posições de combate ao imperialismo/colonialismo, ao racismo, às discriminações étnicas, ao patriarcado e aos preconceitos contra LGBTs+.

Especificamente no caso de atuação em movimentos de libertação nacional, antirracistas, feministas e LGBTs+, é imprescindível adotar uma linha classista, internacionalista e revolucionária. Porque é nesses movimentos (e na discussão dessas questões, de maneira mais ampla) que o liberalismo progressista e o pós-modernismo têm difundido suas posições, estimulando a fragmentação das classes oprimidas e conferindo uma nova legitimidade ao capitalismo-estatismo.

Em termos da luta contra essas diferentes formas de dominação, nosso projeto de poder popular autogestionário apoia-se em quatro pilares. Primeiro, uma luta de classes que deve ser, ao mesmo tempo, internacionalista, revolucionária, anti-imperialista, antirracista e antipatriarcal ou feminista. Segundo, um anti-imperialismo, um antirracismo e um antipatriarcado ou feminismo que devem ser, ao mesmo tempo, classistas, revolucionários e internacionalistas. Terceiro, uma ruptura com a fragmentação e uma promoção permanente da unidade das classes oprimidas. Quarto, um entendimento estratégico, baseado em nossa concepção de luta de classes, sobre quem são nossos verdadeiros inimigos: as classes dominantes (e não os/as trabalhadores/as de países imperialistas, os/as brancos/as, os homens, os/as heterossexuais etc.).

Por isso mesmo, recusamos as diferentes formas de identitarismo, essa idealização de certa identidade social, cuja origem está nas inúmeras diferenças sociais (por exemplo: brasileiro/a, mulher, gay, trans, negro/a, indígena, pobre, operário/a etc.), que é essencializada (pessoas de uma identidade X possuem características essenciais Y, por exemplo: mulheres têm uma essência não violenta, homens têm uma essência estupradora etc.) e que reduz questões estruturais a problemas entre grupos ou mesmo indivíduos (por exemplo: racismo é apenas o problema de pessoas que manifestam abertamente seus preconceitos raciais).

Defendemos a unidade (de classe, na luta de classes) na diversidade (nacional, racial, de gênero, nos enfrentamentos de todas as formas de dominação). E, como colocamos, consideramos que as diferentes formas de dominação devem ser analisadas e combatidas como parte de um quadro histórico e estrutural mais amplo. Enfim, nos opomos às buscas exclusivas por reconhecimento e representação de identidades, pois são ferramentas do liberalismo progressista.

*** Este texto foi composto com trechos do documento “Nossos Princípios e Estratégia Geral”.**



Este texto é parte do Programa Mínimo de Formação da OSL